

DO DESENVOLVIMENTO (IN)SUPPORTÁVEL À SOCIEDADE FELIZ

Selene Herculano

selene@vm.uff.br

www.professores.uff.br/seleneherculano

Introdução

Em junho de 1992 realiza-se no Rio de Janeiro, promovida pela ONU, a Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED/92, United Nations Conference for Environment and Development, ou CNUMA/92, Conferência das Nações Unidas para meio ambiente e Desenvolvimento, ou ainda RIO/92 ou ECO/92). Esta Conferência dá prosseguimento aos debates travados em 1972, na Suécia, durante a realização da Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano (Estocolmo/72).

A Conferência de 1972 foi suscitada pela Suécia em 1969, durante a XXIII Assembléia Geral da ONU. Já naquela época a degradação ambiental era tema de preocupações gerais. Contudo, foi o desastre ecológico na Baía de Minamata, no Japão (quando pescadores e moradores foram seriamente contaminados por mercúrio vertido pelas indústrias locais), que detonou a solicitação sueca de que a ONU votasse uma resolução a favor da realização de uma conferência internacional sobre meio ambiente. A proposta sueca foi aprovada, tendo sido decidido, pela XXIV Assembléia Geral, que tal Conferência seria em Estocolmo.¹

Desde as reuniões preparatórias, o Brasil, que na época vivia seus anos de “milagre econômico”, manifestou divergências em relação às propostas dominantes, que falavam em parada no crescimento e na constituição dos recursos naturais em patrimônio comum da humanidade: nossos enviados ao Painel de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Founex, 1971) declararam então que o compromisso prioritário brasileiro era com o desenvolvimento acelerado e que a recuperação de desequilíbrios ambientais deveria ser responsabilidade do Primeiro Mundo. Na XXVI Assembléia Geral da ONU, ainda em 1971, os países primeiro-mundistas pretenderam fazer passar uma resolução que transformava os recursos naturais em patrimônio da humanidade e os colocava sob a administração de um fundo mundial. A delegação brasileira se opôs frontalmente à proposta e repetiu sua oposição ao longo da Conferência de Estocolmo, conseguindo influenciar alguns princípios consignados pela Declaração de Estocolmo, como, por exemplo, o Princípio 8, que defende o desenvolvimento econômico essencial, derrotando a proposta de crescimento zero inspirada no Relatório Meadows e no Clube de Roma.

Em decorrência da Conferência de Estocolmo, foi criado o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), Programa Observação da Terra (Earthwatch), que monitora as diversas formas de poluição. Foi também criada a CMMAD – Comissão Mundial para o meio ambiente e Desenvolvimento.

Durante cinco anos (1983/1987) essa Comissão, composta por 21 países-membros da ONU e presidida pela senhora Gro Harlem Brundtland (primeira-ministra da Noruega), pesquisou a situação de degradação ambiental e econômica do planeta. Em 1987, a

CMMAD produziu seu relatório, que ficou conhecido como Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”. Tal relatório, que vem servindo de fundamentação para a elaboração de propostas políticas a serem debatidas na RIO/92, trouxe à baila dois conceitos: o de “desenvolvimento sustentável” e o de uma “nova ordem econômica internacional”.²

Estas novas expressões, muito abstratas e ambíguas, vêm sendo interpretadas das mais diversas formas pelos diferentes atores sociais, ora despertando o nosso imaginário e uma certa esperança milenarista, ora alimentando suspeitas acerca de uma conspiração do hemisfério norte contra o sul. Assim é que os otimistas chegam a enxergar na RIO/92 a instauração de uma ansiada Era de Aquário, de inauguração da sensatez, da justiça social e do espírito de fraternidade entre os povos do mundo, supondo que os mandatários dos cerca de 150 países-membros aqui chegarão, de espíritos desarmados e corações abertos, para passar uma borracha no livro da História e traçar novas estruturas políticas para uma convivência feliz. Os pessimistas, por sua vez, vêem na RIO/92 apenas um novo estágio do neocolonialismo, o processo final de uma campanha orquestrada pelo Primeiro Mundo, que quer tomar para si a biodiversidade, ou seja, os recursos genéticos dos ecossistemas localizados no Terceiro Mundo, bem como legitimar um programa, já em curso, de dizimação das populações terceiro-mundistas.

As propostas e análises do Relatório Brundtland partem do pressuposto de que é possível e desejável conciliar crescimento econômico e conservação ambiental, coisas até então tidas por incompatíveis. O mote do Relatório é a busca do “desenvolvimento sustentável”, a ser alcançado através de uma “nova ordem econômica internacional”. O que vem a ser isto?

Nos termos do Relatório, “Desenvolvimento Sustentável” é definido como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem às suas” (1988, p.9); é um “processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras” (p.10); é um “desenvolvimento que mantém as opções futuras” (p.46); é uma “correção, uma retomada do crescimento, alterando a qualidade do desenvolvimento” (p. 53), a fim de torna-lo “menos intensivo de matéria-prima e mais eqüitativo em seu impacto (p.56)”.

Em suma, o “desenvolvimento sustentável” pressupõe o crescimento para todos e cogita dos direitos das gerações futuras de ter acesso aos recursos da natureza para a sua sobrevivência. Trata-se, em última análise, de reduzir o ritmo de exploração da natureza, de maneira a legar recursos para os que virão.

Segundo os ambientalistas, “desenvolvimento sustentável” é uma antiga aspiração sua e requer a determinação de novas prioridades pela sociedade, uma nova ética do comportamento humano e uma recuperação do primado dos interesses sociais coletivos. “Desenvolvimento Sustentável” englobaria, assim, “um conjunto de mudanças-chave na estrutura de produção e consumo, invertendo o quadro de degradação ambiental e miséria social a partir de suas causas”.³

Esta concepção ambientalista de “desenvolvimento sustentável” estaria sendo adulterada na medida em que é interpretada por diferentes atores sociais, passando a ser

percebida ora como “porta de entrada, no país, de mecanismos internacionais de controle sobre o nosso patrimônio natural”, ora como uma “estratégia de expansão de mercado e do lucro.”⁴

Como vemos, a questão do “desenvolvimento sustentável”, a ser conseguido através de uma “nova ordem econômica internacional”, é algo dúbio, vago e, portanto, se presta a inúmeras polêmicas, a mais central delas girando em torno da conciliação entre preservação da natureza e garantia da manutenção do crescimento econômico.

Nosso propósito é examinar as promessas e limites desta compatibilidade. Para tanto, propomo-nos trazer para um leitor pouco familiarizado com a temática ambientalista e a temática do desenvolvimento algumas informações básicas sobre como surgem e evoluem os debates nestes dois campos, a fim de que, num terceiro momento, possamos entender melhor a polêmica atual acerca do “desenvolvimento sustentável”. A partir daí, creio que cabe situar o leitor numa discussão mais ampla que envolve o tema: o embate entre eco-capitalismo e eco-socialismo na dimensão ética.

Assim, na tentativa de aprofundar uma reflexão sobre o “desenvolvimento sustentável”, esboço uma análise por etapas:

- 1- O surgimento da questão ambiental no mundo e suas diferentes correntes;
- 2- A construção do conceito de desenvolvimento nos anos 60 e a polêmica gerada;
- 3- O “desenvolvimento sustentável” segundo a retórica dos diferentes atores sociais: quem é a favor, quem é contra e por quê;
- 4- Eco-Capitalismo ou Eco-Socialismo? A dimensão ética da questão ambiental;
- 5- O desenvolvimento sustentável e a dimensão nacional;
- 6- Contrapropostas ao desenvolvimento sustentável.

1. O surgimento da questão ambiental no mundo e suas diferentes correntes; a disseminação do pensamento ambiental no Brasil

O pensamento ambientalista, segundo diversos autores (Pepper¹, Worster², O’Riordan³), não é recente, remontando ao século XVIII, quando uma visão romântica, arcadiana, idealizava a vida simples rural e criticava o utilitarismo da nova sociedade industrial que surgia. Também é dessa época o aparecimento de naturalistas como Von Linné, na Suécia, e G. White, na Inglaterra.

Um dos pontos mais característicos do pensamento ambientalista é a crítica à ciência moderna e a um ser humano que, via conhecimento, se arroga o direito de domar a natureza, dela pretendendo ser independente. A ciência moderna, surgida com Francis Bacon, Newton e Descartes, passou a ver a natureza como um mecanismo a ser controlado, uma máquina a ser investigada, dominada e subjugada. Assim, tendo dessacralizado e profanado a natureza, a ciência moderna é percebida como a cunha que cinde, separa a cultura humana da natureza. Esta cisão é histórica, isto é, até uma dada etapa da história da raça humana teria havido uma harmonia entre o reino da cultura humana e o reino da natureza. A própria origem etimológica do termo cultura corroboraria tal harmonia:

*Vinda do verbo latino colere, cultura era o cultivo e o cuidado com as plantas, os animais e tudo que se relacionava com a terra; donde, agricultura. Por extensão, era usada para referir-se ao cuidado com as crianças e sua educação, par ao desenvolvimento de suas qualidades e faculdades naturais; donde, puericultura. O vocábulo estendia-se, ainda, ao cuidado com os deuses; donde, culto. Cultura, escreve Hanna Arendt, era o cuidado com a terra para torná-la habitável e agradável aos homens; era também o cuidado com os deuses, os ancestrais e seus monumentos, ligando-se à memória e, por ser o cuidado com a educação, referia-se ao cultivo do espírito.*⁴ (Chauí: *Conformismo e Resistência*, 1987, p.11)

Os inventos, a nova ordem social e a urbanização da era industrial deram formas a uma civilização que se caracterizou por ultrapassar os limites da dimensão humana, por criar o tempo abstrato e aglutinar uma massa de miseráveis urbanos em substituição à pobreza rural. A modernidade, que eclodiu a partir do século XVI, com as expansões ultramarinas e as revoluções científica e industrial, transformou a cultura em um processo civilizatório e assim passou a estabelecer uma relação de oposição entre cultura/civilização, de um lado, e natureza do outro. Lembremo-nos de que “civilizar” passa a ser a expressão usada para designar as conquistas mercantis-colonialistas da Europa sobre os povos “primitivos” dos demais continentes.

Cultura torna-se medida de uma civilização (Voltaire e Kant) ... reino humano dos fins e dos valores, separado do reino natural das causas necessárias e mecânicas... a natureza torna-se imóvel, passiva, materialidade diversa, exterioridade mecânica, enquanto a cultura se faz mobilidade, atividade... (Chauí, op.cit., p.13)⁵

Já no século XX, o pensamento ambientalista surgia imbuído de uma crítica e uma recusa ao mundo moderno e sua ciência. Em 1945 os Estados Unidos explodiam as primeiras bombas atômicas. A primeira, experimentalmente, no deserto de Los Alamos; as demais, sobre as populações civis de Hiroshima e Nagasaki, ao término da Segunda Guerra Mundial. Foi então que os habitantes do planeta deram-se conta de que o conhecimento humano acabava de atingir uma etapa pela qual se tornava capaz de destruir o mundo todo. A sensação de estar-se confinado numa nau dos insensatos – a nave Terra – tripulada por lunáticos destruidores causou intenso desconforto e o início de movimentos pacifistas e antinucleares que viriam a se transformar nos primeiros movimentos ambientalistas.

O questionamento à ciência moderna recrudescer com a pesquisa da bióloga Rachel Carlson, que, em 1962, lançou um livro intitulado “Primavera Silenciosa”, no qual provava que os pesticidas usados na agricultura eram os responsáveis pelo desaparecimento de inúmeras espécies, e pássaros estavam ameaçados de extinção, inclusive a águia, símbolo dos Estados Unidos. Esta obra soou como um alarme sobre os rumos e conseqüências inesperadas da tecnologia científica e veio engrossar o caudal daqueles que criticavam a irracionalidade da ciência moderna, até então enaltecida.

O pacifismo antinuclear, somado à crítica à ciência moderna, á crítica ao produtivismo e consumismo, à rebeldia diante de um Estado autoritário e belicista, veio

desembocar no movimento *hippie* e sua contracultura, que revalorizava as filosofias orientais milenares (que concebem a natureza como sagrada) e enaltecia os estilos de vida de etnias e culturas não-urbanas, tradicionais, dominadas, tais como os indianos, os índios, os camponeses, os ciganos. O movimento *hippie*, continuidade e ruptura com o movimento jovem *beatnik* que o precedeu, se caracterizou pela ênfase na vida comunitária e campestre, pela recusa à guerra dos Estados Unidos contra o Vietnã e pelo lema Paz e Amor. Em resumo, uma das vertentes do ambientalismo contemporâneo viria dessa recusa ao mundo moderno – sua ciência, técnica e estilos de vida – e de uma crítica ao Estado e ao industrialismo totalitários, seja na expressão capitalista, seja na sua expressão comunista. Esta seria a vertente arcadiana e antiprogressista do pensamento ambientalista. Seriam os alternativos.

Uma segunda vertente, em ordem cronológica, do pensamento ambientalista é aquela chamada por seus críticos de neo-malthusianismo, pois centra sua preocupação na necessidade de se limitar a população humana terrestre, a fim de evitar a degradação da qualidade de vida. Seus expoentes são Garrett Hardin e o casal Ehrlich. Hardin argumentava em favor da restrição ao crescimento demográfico, utilizando-se das alegorias do pastor medieval e do bote salva-vidas: na Idade Média, os pastores levavam seus rebanhos aos pastos comunais. Haveria então uma contradição entre o interesse de cada pastor em expandir o seu rebanho e a limitação física do pasto, que era um só. Ou seja, a existência de um único pasto deveria conduzir os pastores a dimensionarem um tamanho ótimo para seus rebanhos. A segunda alegoria, a do bote salva-vidas, também argumenta em favor de um tamanho populacional adequado, posto que, se num bote cabem dez pessoas, dez pessoas nele se salvam, mas a décima primeira fará com que todos afundem. Na concepção de Hardin, o décimo primeiro passageiro do bote Terra eram os prolíficos habitantes do Terceiro Mundo. Portanto, como medida de bem comum caberia o término de qualquer política de ajuda do Primeiro Mundo ao Terceiro. No mesmo diapasão Ehrlich propõe o movimento de crescimento populacional zero como única forma de evitar a degradação ambiental causada pelas altas taxas demográficas, que teriam o efeito de uma verdadeira bomba.

Em 1972, ano, como vimos, da realização da Conferência Internacional da ONU sobre Meio Ambiente Humano, vêm a lume duas importantes contribuições aos debates acerca das causas e soluções para a deterioração ambiental. A primeira delas, trazida pelos técnicos do MIT, autores do Relatório Meadows, pelo Clube de Roma, era a proposta do crescimento econômico zero para o mundo todo, sob pena de uma catástrofe ambiental mundial. Peccei, presidente do Clube de Roma, chegava a dizer que, se naquele momento não houvesse uma parada no crescimento econômico, o planeta não sobreviveria a mais que quatro gerações.

Um dos mitos mais aceitos na sociedade atual é a promessa de que uma continuação do nosso presente padrão de crescimento levará à igualdade humana... o maior obstáculo possível para uma distribuição mais equitativa dos recursos mundiais é o crescimento demográfico⁶.

A proposta de crescimento zero foi, como vimos, um importante alimentador e orientador dos debates internacionais pré-Conferência de 72, e contra ela se insurgiu o Brasil, que liderou toda a bancada dos 77 países componentes do dito Terceiro Mundo. Zerar o crescimento econômico naquele momento era visto como uma injustiça e uma iniquidade, pois os países ricos do Primeiro mundo só se lembravam da natureza depois de a terem degradado, assegurando um patamar de produção e de tecnologia que agora queriam negar aos “em desenvolvimento”.

A segunda contribuição mencionada ao debate sobre o meio ambiente vem, também em 1972, do campo marxista: neste ano foi publicado em Londres o Manifesto pela Sobrevivência (Goldsmith *et alli*), no qual se culpava o consumismo extremado, de interesse do industrialismo capitalista, como sendo o responsável pela degradação ambiental. A forma de combatê-lo seria combatendo o capitalismo e não fazendo campanhas anticonsumistas dirigidas aos indivíduos. Na França realizou-se um debate sobre Ecologia e Revolução que, dentre outros, contou com Goldsmith, Herbert Marcuse e Michel Bosquet. Neste debate Marcuse declarou:

...a luta ecológica esbarra nas leis que governam o sistema capitalista: Lei da acumulação crescente do capital, criação duma mais-valia adequada, do lucro, necessidade de perpetuar o trabalho alienado, a exploração... a lógica ecológica é a negação pura e simples da lógica capitalista; não se pode salvar a Terra dentro do quadro do capitalismo; não se pode desenvolver o Terceiro Mundo segundo o modelo do capitalismo... a restauração da Terra como meio ambiente humano não é apenas uma idéia romântica, estética, poética, que só diz respeito a privilegiados: é uma questão de sobrevivência ... é indispensável mudar de modo de produção e de consumo, abandonar a indústria da guerra, do desperdício, de gadgets e substituí-los pela produção de objetos e serviços necessários a uma vida de trabalho reduzido, de trabalho criador, de gosto pela vida... o objetivo é sempre o bem-estar, porém um bem-estar que não se define por um consumo cada vez maior, pelo preço de um trabalho cada vez mais intenso, mas pela conquista duma vida livre do medo, da escravidão do salário, da violência, do mau cheiro, do barulho infernal do nosso mundo industrial capitalista. Não se trata de converter a abominação em beleza, de esconder a miséria, de desodorizar o mau cheiro, de florir as prisões, os bancos, as fábricas; não se trata de purificar a sociedade existente, mas de a substituir... a verdadeira ecologia vai dar um combate militante por uma política socialista.⁷

Ainda no campo das esquerdas marxistas-ecológicas, podemos citar Gorz e Bosquet⁸, que introduzem a idéia da luta ecológica como um meio para se alcançar o fim do capitalismo; Joe Weston⁹, para quem a crise na qual estamos imersos é muito mais social e econômica do que ecológica, uma vez que atrás dos problemas ambientais o que existe é a pobreza. Seria o capitalismo e não o industrialismo o cerne dos problemas ambientais. Para David Pepper, outro ambientalista marxista britânico, a eliminação do capitalismo é pré-requisito para a eliminação dos demônios ambientais, sendo, portanto, necessária uma aproximação entre os Verdes e os Trabalhistas.

Mencionamos acima quatro vertentes do pensamento ambientalista: os alternativos, os neomalthusianos, os zeristas e os marxistas. Vale ainda citar os Verdes, os fundamentalistas e os eco-tecnicistas. Os Verdes, ou Ecologistas Sociais¹⁰, surgem na Alemanha como um antipartido, em 1983, em campanha eleitoral. A bandeira verde é a da descentralização, do não-consumo (uma vez que o consumo é uma compensação que buscamos para nosso trabalho alienado), o ativismo, o pacifismo, a distribuição do trabalho além da distribuição das riquezas, a Ética. Os Verdes surgiram lançando petardos a leste e a oeste, criticando tanto o capitalismo quanto o comunismo, ambos igualmente culpados do industrialismo, do produtivismo economicista, da presença tentacular de um complexo industrial-militar ceifador de vidas e degradador da natureza. Suas propostas são as de autogestão, de desconcentração, de descentralização, de autonomia. Inspirado nos Anarquistas, o Movimento Verde é humanista, individualista e antipositivista. Como expoentes do pensamento verde temos Rudolf Bahro, Petra Kelly, Jonathan Porritt, Felix Guattari, na Europa, e Murray Bookchin¹¹ nos Estados Unidos. Sustentabilidade e justiça social são para os Verdes as características mais importantes de uma economia verde, ou seja, de uma economia voltada para as necessidades e não para o lucro ('need, not greed'), que não agrida o equilíbrio ambiental e que seja voltada para o bem comum em lugar do enriquecimento individual.

Quanto aos fundamentalistas (partidários da "deep ecology"), estes propõem uma visão ecocêntrica, não-humanista, não-antropocêntrica, pois acreditam que a espécie humana é apenas uma forma de vida dentre as demais e, portanto, sem mais direitos se ameaçarem outras criaturas vivas. Para James Lovelock¹² o planeta Terra é Gaia, um ser vivo. Mas Gaia não está ameaçada pelos humanos, pois não é frágil e delicada diante de sua brutalidade: Gaia é uma mãe canibal que devora seus filhos e que devorará os humanos se estes continuarem a alterar o meio ambiente. Para Foreman, mentor do movimento Earth First¹³ (A Terra em primeiro lugar), uma vida humana não é a coisa mais importante do mundo e a destruição da natureza é mais lamentável do que a fome na África. Os fundamentalistas não pretendem transcender sua natureza animal e se transformar em "seres morais e andróides sem paixão", uma vez que, antes de tudo, o ser humano é animal. Segundo seu crítico, o Verde Bookchin, "zoologização do ser humano é herança de um espiritualismo taoísta e budista e pode ter contornos sinistros que beiram o fascismo, uma vez que naturaliza as vicissitudes humanas, deixando de enxergar as raízes sociais evidentes na crise ambiental".

Como uma última corrente, cumpre mencionar o eco-tecnicismo, ou tecnocentrismo, uma espécie de ambientalismo otimista e acomodado, que acredita na superação da crise ambiental através do desenvolvimento da ciência e suas novas técnicas. O eco-tecnicismo, segundo o filósofo Edgar Morin¹⁴, é a redução, uma ecodeformação, uma vez que dissolve a questão ambiental, de características holísticas, totalizantes, a componentes meramente técnicos.

Embora algumas das vertentes acima apontadas pretendam estar além da dicotomia direita-esquerda ou capitalismo-socialismo, podemos dizer que elas deslizam ao longo de quatro eixos, em diferentes combinações, dependendo de quem as professa: haveria, além dos dois eixos mencionados (direita/esquerda e capitalismo/socialismo), os eixos

espiritualismo/materialismo e modernidade/pós-modernidade. Embora existam tendências e afinidades eletivas, nada impede, rigorosamente, um neomalthusianismo de esquerda, um eco-tecnicismo marxista ou um ecocapitalismo espiritualista, pois as idéias, enquanto formas vivas, são capturadas e reinterpretadas por diferentes indivíduos, de diferentes segmentos sociais e trajetórias de vida. Neste sentido, as reduções pelas quais passa o pensamento ambientalista (reducionismo tecnocrático, segundo E. Morin; reducionismo marxista, segundo Bookchin e também E. Morin) são não apenas inevitáveis quanto naturais e prova eloqüente do vigor e atualidade de suas idéias.

Alguns autores (Porritt, Bookchin, dentre outros) estabelecem uma distinção entre ambientalistas e ecologistas, de acordo com sua inclinação por mudanças sociais estruturais ou não. Assim os ambientalistas seriam reformistas, convencionais, enquanto que os ecologistas seriam aqueles sintonizados com as questões sociais. Os ambientalistas tenderiam a atuar mais no campo jurídico, buscando uma coerção legal em prol da natureza, e os ecologistas no campo político e na militância mais direta. Esta distinção nos parece tênue e mais complicadora que esclarecedora: os fundamentalistas, por exemplo, são militantes radicais e costumam lançar-se em cruzadas terroristas em defesa de árvores e animais; entre nós, brasileiros, os ambientalistas que recorrem às ações judiciais são na verdade personalidades combativas, pioneiros e corajosos em um país onde as leis pouco são invocadas e, quando o são, geram ameaças de morte como represália.

No Brasil o movimento ambientalista tem hoje uma feição predominantemente social, identificando as questões relativas à deterioração da natureza e do meio ambiente construído a um "modelo de desenvolvimento" gerador de miséria para a sua população. Malvisto de início, tido por mimetização da classe média primeiro-mundista e por forma ingênua de entreguismo, o movimento tem crescido no país, expandindo-se pelas várias regiões, com um caráter mais reativo às agressões sócio-ambientais que se sucedem (ver, a propósito, artigo de Viola nesta coletânea). Apesar desta expansão, está longe de ser um movimento de massas, mas tem ressonância, uma vez que seus militantes são formadores de opinião e multiplicadores de informação, devido a seu perfil profissional de alta escolaridade. Em termos quantitativos, apesar dos registros inexatos, podemos estimar em torno de 400 as entidades de defesa ambiental (Landim¹⁵, em pesquisa publicada em 1988, cita 1.010 organizações sem fins lucrativos, sendo 402 delas "organizações ecológicas"). A Agência Brasileira de Cooperação -ABC - do Ministério das Relações Exteriores registra 392 em 1991; o cadastro geral do Fórum das ONGs Brasileiras Preparatório para 92, em listagem de abril de 1991, contava com 594 entidades, sendo 375 delas estritamente ambientalistas.

A Conferência de Estocolmo, em 1972, teve uma Paralela, realizada por intelectuais, grupos ecológicos e movimentos sociais, que não se sentiam representados na Conferência oficial dos Chefes de Estado. Vinte anos após, essa conferência paralela se ramifica numa constelação de conferências simultâneas, tendo por denominação a Conferência do Cidadão Global: conferência dos jovens, dos cientistas, dos empresários etc... uma delas será a Conferência das Organizações Não-Governamentais - ONGs - e dos Movimentos Populares.

A fim de ter participação ativa em todo esse processo, os militantes ambientalistas e sociais brasileiros se organizaram em um Fórum - o Fórum das ONGs Brasileiras Preparatório para a Conferência da Sociedade Civil - sobre meio ambiente e Desenvolvimento - Brasil 92. Criado em junho de 1990, este Fórum passou de 40 entidades-membros naquela época para cerca de 1.000 entidades, tendo já realizado sete Encontros Nacionais. Seu perfil é pluralista, abrigando ONGs de defesa dos direitos indígenas, de negros, de mulheres, entidades sindicais, grupos religiosos, associações de moradores, de jovens, institutos de assessoria a movimentos populares, além dos ambientalistas propriamente ditos. Contudo, um perfil comum é exigido a seus postulantes: o de serem críticos e independentes em relação ao "modelo de desenvolvimento atual".

O FÓRUM não é exclusivamente ambientalista. Para a superação dos problemas ambientais necessitamos de articulação com todos os setores que buscam os mesmos objetivos. Torna-se necessário abrir o FÓRUM para a participação de ONGs e entidade da sociedade civil que tenham uma prática voltada para a recuperação, proteção e melhoria do meio ambiente e da quantidade de vida e que sejam reconhecidamente independentes em relação ao modelo de desenvolvimento atual e sejam aprovadas pelo FÓRUM." (Documento Final do III Encontro, Brasília, OUT/90)

Entre os integrantes do Fórum podemos encontrar diferentes vertentes do pensamento ambientalista, mas as diferenças internas têm sido encaradas mais como uma característica que enriquece o Fórum (e algo coerente com o holismo, que é a diretriz do pensamento ecológico) do que como um percalço. No momento em que escrevo, diferentes Grupos de Trabalho do Fórum, integrados por ambientalistas e sindicalistas, movimentos sociais e populares, pesquisam e redigem propostas de um "novo modelo de desenvolvimento que promova justiça social, liberdade e equilíbrio ambiental". Seu denominador comum é o fortalecimento da sociedade civil brasileira e a realização de um cidadão informado e ativo. Este Fórum vem se delineando como um novo ator político coletivo e pretende se consolidar para muito além de 1992.

2- A construção do conceito de desenvolvimento nos anos 60 e a polêmica gerada

Ao término da Segunda Guerra Mundial o planeta viu-se bipartido entre Estados Unidos e URSS, cada qual com suas esferas de influências acordadas. Desde a Revolução Comunista de 1917 a URSS emergiu no cenário pós-guerra como uma potência, depois de ter passado por fases distintas de planejamento econômico: do Comunismo de Guerra (1918-21 – com a nacionalização dos bancos, das estradas de ferro, a estrita regulamentação do consumo e da produção, a formação do monopólio estatal dos cereais e as propriedades coletivas agrícolas) à NEP (Nova Política Econômica leninista – 1912-28 – com economia mista, permissão ao comércio interno e a pequenas empresas, além de concessões às empresas de capital externo); desta aos planos quinquenais stalinistas, que priorizaram a indústria de equipamentos e coletivizaram a agricultura. A despeito da

ditadura e da ossificação partidária, a URSS emergiu deste processo como uma grande potência bélica.¹

O então inequívoco êxito da experiência de crescimento soviético foi interpretado pelas nações capitalistas do “mundo livre” como uma ameaça e como um exemplo nefasto que sociedades atrasadas pudessem ficar inclinadas a seguir. Como estratégia para barrar os riscos de uma expansão comunista, os Estados Unidos lançaram o Plano Marshall, destinado à reconstrução de uma Europa destruída pela guerra, e a proposta de modernização das sociedades tidas como “atrasadas”. A ONU dedicou a década de 1960 ao desenvolvimento.

A temática do desenvolvimento surgiu no início da década de 60, predominantemente nos Estados Unidos, no contexto da guerra fria. Elaborada por técnicos do MIT (Massachusetts Institute of Technology), propunha-se a desenvolver ou modernizar (os dois termos se equivaliam) as sociedades “tradicionais” ou “atrasadas”, de forma a construir uma “sociedade internacional aberta”, sob a óbvia hegemonia norte-americana. Esta proposta tinha como objetivo manter tais sociedades sob a esfera de influência norte-americana, barrando eventuais avanços do bloco soviético: é sintomático que o livro clássico desta escola da modernização, a obra de W.W. Rostow, “Etapas do Desenvolvimento Econômico”, tivesse por subtítulo “um manifesto não-comunista”.² Outro objetivo, este não explicitamente declarado, era abrir espaços para a expansão capitalista, que vivia novo estágio de acumulação através de uma nova divisão internacional do trabalho.

Sintonizados com tais estratégias, Rostow, Eisenstadt, Millikan & Blackmer, Hoselitz, Levy³, dentre outros, defenderam um processo de difusão da modernização, através do qual “sociedades atrasadas”, tomando os Estados Unidos como paradigma da boa sociedade desenvolvida, poderiam dar sua arrancada (*take-off*) e queimar etapas em direção à “maturidade” e à “era do consumo de massa” (*sic*), tida então como o ápice glorioso do desenvolvimento.

As sociedades arcaicas ou tradicionais eram caracterizadas como sendo aquelas de “produção limitada, economia agrícola”, detentoras de uma “ciência e tecnologia pré-newtonianas”, de baixa renda per capita, altas taxas de fecundidade e de mortalidade, um povo sem instrução, sem classes médias etc... Em contraposição, sociedades modernas eram aquelas que empregavam fontes de energia de alto potencial, tinham predomínio de produção industrial e permanente invenção e absorção de inovações tecnológicas; eram urbanas, com baixas taxas de fecundidade e de mortalidade e eram democráticas.

A estratégia oferecida aos governos das sociedades que postulavam a modernização era a introdução de algumas das características da sociedade moderna e elas funcionariam como vetores de transformação, alavancando outras mudanças. Desenvolvimento era isto: a transposição dos traços característicos da sociedade norte-americana para os países em atraso. Mais que tudo, desenvolvimento era industrialização e bons projetos de cooperação internacional, tal como a Aliança para o Progresso, concebida durante o governo Kennedy como programa de ajuda para a América Latina.

Esta concepção difusionista de modernização era complementada pela visão dualista de J. Lambert⁴, que viu os problemas brasileiros como resultantes de uma tensão entre dois

Brasis: um Brasil arcaico, agrário, que resistia a mudanças e impedia o *take-off* de um Brasil urbano, moderno e industrial.

Tais idéias difusionistas e dualistas foram criticadas por Stavenhagen⁵, que não via confronto de interesses entre uma burguesia nacional industrial e a oligarquia latifundiária, pois, ao contrário, seus interesses estavam conjugados nas mesmas companhias, famílias e grupos empresariais. Tampouco haveria progresso pela simples difusão dos produtos industrializados ao setor arcaico, uma vez que o que se difundiria seria a cultura da pobreza, com a extensão de monopólios e oligopólios ao meio rural e com o êxodo de uma população rural proletarizada.

A contrapartida foi a busca de um desenvolvimento endógeno, de uma industrialização autônoma, que não fosse reflexo de políticas imperialistas. Este foi o grande tema defendido pela CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina - criada pela ONU em 1948 e que teve à frente economistas como Raul Prébisch e Celso Furtado. Para os cepalinos, os problemas econômicos latino-americanos derivavam das trocas desiguais entre países exportadores de matérias-primas e outros, exportadores de manufaturados, e tal desequilíbrio seria sanado com a industrialização dos primeiros.

Ao final da década de 60 as teorias desenvolvimentistas receberam as críticas radicais de marxistas como André Gunder Frank, C. Bettelheim, Theotonio dos Santos, Luiz Pereira⁶, dentre outros. A tônica da análise destes autores é que o dito "subdesenvolvimento" dessas sociedades "arcaicas" não era, como se supunha, um patamar de uma escala, um grau de uma escala, pressupondo a perspectiva de uma trajetória possível de ser percorrida em direção ao horizonte desenvolvido, já alcançado pelas boas sociedades modernas, situadas no grau do patamar mais elevado. Ao contrário, "subdesenvolvimento" era visto como uma categoria histórica, a realização histórica do capitalismo. Para os teóricos da dependência, como esses autores ficaram conhecidos, haveria um sistema internacional capitalista, composto por países cêntricos, que drenavam para si as riquezas produzidas por países periféricos, de capitalismo dependente. Dessa forma, a relação dialética entre países ricos e pobres explicaria o desenvolvimento dos primeiros justamente pelo atraso dos segundos. Desenvolvimento e atraso seriam duas faces de uma mesma moeda, e a industrialização não alteraria tal quadro de dependência dessa etapa neocolonialista:

Minha tese é de que as contradições capitalistas e o desenvolvimento histórico do sistema capitalista geram o subdesenvolvimento nos satélites periféricos, cujo excedente econômico era expropriado para gerar desenvolvimento econômico nas metrópoles centrais que dele se apropriavam. (A.G. Frank, 1969, p.3)

Em 1974, Celso Furtado, um dos nossos economistas mais brilhantes, analista da questão do desenvolvimento, influenciado pelas discussões internacionais sobre a temática ambiental, passou a examinar tal questão sob a ótica política e cultural. Neste ano publicou seu livro "O Mito do Desenvolvimento Econômico"⁷, onde juntava ao enfoque dependentista uma análise ecológico-política a respeito do caráter predatório do processo civilizatório, denunciando a idéia de desenvolvimento como sendo um mito útil *para*

mobilizar os povos da periferia a aceitar sacrifícios, legitimar a destruição de suas culturas e justificar as formas de dependência. (Furtado, 1974, p.75)

Nosso processo de industrialização dependente acabou por reforçar nosso "atraso", realizando apenas uma modernização dos padrões de consumo, que foi apropriada pelos segmentos sociais privilegiados, reforçando uma estrutura social extremamente desigual. Celso Furtado criticou ainda a visão reducionista e economicista que se tem do desenvolvimento, circunscrevendo-o apenas à lógica dos meios. Com forte inspiração dos filósofos da Escola de Frankfurt⁸, criticou a racionalidade instrumental da acumulação capitalista e sugeriu sua mudança para uma racionalidade substantiva, que privilegiasse valores éticos. Neste sentido, desenvolvimento autêntico seria aquele que viesse a transformar as estruturas sociais e as formas de comportamento que acompanham a acumulação no sistema de produção; diria respeito à democratização substantiva e à presença organizada na esfera pública de amplos segmentos da sociedade civil, a fim de determinar a alocação do excedente produzido. Isto é, deveria passar a haver uma decisão popular, coletiva e democrática, a respeito da gestão e utilização da riqueza social, que é sempre produzida coletivamente. Mais do que determinar uma expansão nos gastos de reprodução da força de trabalho (aumentos salariais) e a alteração na apropriação do excedente (formas de propriedade), desenvolvimento real envolveria poder determinar, coletiva e democraticamente, à luz de valores éticos substantivos, os destinos deste excedente, não só em termos de gastos públicos, mas principalmente no que diz respeito à sua acumulação.

Apesar desta concepção de desenvolvimento como uma questão política e social, a acepção do termo que predomina e persiste é a de que o desenvolvimento é crescimento dos meios de produção, é acumulação, é inovação técnica, é aumento de produtividade, enfim, é expansão das forças produtivas e não alteração das relações sociais de produção.

O desenvolvimento que os países do dito Primeiro Mundo têm experimentado tem uma história e um qualitativo: é um desenvolvimento capitalista e se caracteriza por concentrar os meios de produção em poucas mãos (os oligopólios) e por tornar as decisões referentes à alocação do excedente - e, conseqüentemente, o próprio excedente - um privilégio de poucos. É, portanto, desequilibrado e desigual no seu conjunto.

"Desenvolvimento" é uma nova roupagem para a idéia de "progresso" que está presente no Iluminismo etnocêntrico de Turgot e Condorcet, no século XVIII, e que foi adotado pelo Positivismo de Comte no século XIX. Tal como o termo "progresso" (e o termo "evolução" trazido pela biologia), a idéia predominante de "desenvolvimento" supõe uma trajetória a se percorrer, uma mudança ordenada, predeterminada, universal, segundo um mesmo e único processo civilizatório, uma crença de que a humanidade move-se numa direção desejada e para melhor. Neste percurso linear os povos ascenderiam, gradualmente ou queimando etapas, do estágio de "subdesenvolvimento", transitariam pelo limbo do estágio "em desenvolvimento" e, alvissaras, alcançariam o estágio de "desenvolvidos" em que se encontra o Primeiro Mundo tido como modelo exemplar. O desenvolvimento capitalista supõe, em resumo, um processo linear de crescimento ascendente e infinito, natural e resignadamente desigual.

A insistência de economistas como Celso Furtado em frisar que crescimento econômico não significa desenvolvimento real começa agora a ser aceita como verdade. Se a renda per capita já era um indicador pouco confiável, a taxa de crescimento do PIB (produto interno bruto) hoje também é questionada: em 1990 o PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) publicou seu Relatório sobre o Desenvolvimento Humano⁹, no qual usa um novo índice - o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), para avaliar os diferentes estágios de desenvolvimento dos países-membros da ONU. Este índice combina o poder aquisitivo com a expectativa de vida e o índice de alfabetização (escolaridade) das pessoas, partindo da premissa de que a boa sociedade é aquela cujos cidadãos têm uma vida longa e saudável, educação e acesso aos recursos disponíveis.

Neste ranking do PNUD o Japão, a Suécia, a Holanda, o Canadá e a Noruega ocupam o podium dos mais desenvolvidos, enquanto que a Nigéria, o Mali, a Serra Leoa, o Chade e a Guiné são os piores colocados. O Brasil, apesar de ser a oitava ou décima economia do mundo em termos de PIB, ocupa um 51º. lugar, cinco pontos abaixo da Albânia e 13 pontos abaixo de Cuba, 20 pontos abaixo da Argentina e 26 abaixo da então URSS, em termos de desenvolvimento humano. Os Estados Unidos aparecem num modesto 19º. lugar, atrás da Bélgica, da Espanha e da Irlanda.

É este "modelo de desenvolvimento" que o Relatório Brundtland não apenas admite, como dá provas eloqüentes de que é insustentável e insuportável, sendo o responsável pelo progressivo empobrecimento de parcelas expressivas da população mundial:

Muitas das atuais tendências de desenvolvimento resultam em um número cada vez maior de pessoas pobres e vulneráveis, além de causarem danos ao meio ambiente (Relatório Brundtland 1988, p.4).

Há hoje no atando um número maior de pessoas famintas do que jamais houve na história da humanidade ... dentro dos países a pobreza foi exacerbada pela distribuição desigual da terra e de outros bens (op. cit., p.31).

Os gastos militares totalizam cerca de US\$ 1 trilhão por ano e não cessam de subir (op. cit., p.7).

As transferências líquidas de sete dos principais países da América Latina para seus credores somaram quase US\$ 39 bilhões em 1984 e, nesse mesmo ano, 35% das receitas de exportação foram destinados ao pagamento dos juros da dívida externa. Essa drenagem maciça representa 5 a 6% do produto interno bruto da região, cerca de um terço da poupança interna e quase 40% das receitas de exportação (op. cit., p. 80)

Na África subsaariana, o serviço da dívida, que representava 15% das receitas de exportação em 1980, passou para 31% em 1980 (op. cit., p.77).

A exacerbção da pobreza, mostrada pelo Relatório Brundtland, é também ratificada por estudos recentes da CEPAL.¹⁰

Até fins dos anos 80 havia 183 milhões de pobres na América Latina, 71 milhões mais que em 70 e 47 milhões mais que em 80. Do total de pobres existentes ao finalizar o mandato, 88 milhões eram indigentes. (CEPAL - El desarrollo Sustentable: transformación productiva y equidad, 1991, p.165)

Apesar dessas constatações, a premissa e a conclusão do Relatório de Brundtand são de que o crescimento econômico deve ser assegurado e compatibilidade cota a proteção ambiental e a distribuição mais equitativa das riquezas:

A avaliação global dessa Comissão é que a economia internacional deve acelerar o crescimento mundial, respeitando porém as limitações ecológicas (op. cit., p.97).

A esta aceleração do crescimento mundial, tornada compatível com a proteção ambiental, o Relatório Brundtland denomina "desenvolvimento sustentável".

3- O “desenvolvimento sustentável”, segundo a retórica dos diferentes atores sociais: quem é a favor, quem é contra e por quê

Segundo David Brooks¹, "Desenvolvimento Sustentável" pode ter um sentido profundamente radical, de igualdade e justiça social, de preservação de diversidade cultural, de autodeterminação e de integridade ecológica. Também pode ser uma noção conservadora, na medida em que for usado e entendido dentro de “um marco tradicional de teoria econômica” e concebido como sinônimo de “crescimento sustentável”, uma vez que crescimento sustentável é uma contradição em termos. ("Sustentabilidade" é um termo do vocabulário ecológico e diz respeito à tendência dos ecossistemas à estabilidade, ao equilíbrio dinâmico, a funcionarem na base da interdependência e da complementaridade, reciclando matérias e energias, os dejetos de uma forma viva sendo o alimento de outra; os ecossistemas são tanto mais estáveis quanto mais complexos e diversos, e sua permanência é função deste equilíbrio dinâmico. "Sustentabilidade" nos remete às noções de estabilidade e de ciclos. Crescimento, como já foi anteriormente exposto, é, em termos histórico-capitalistas, expansão, uniformidade, homogeneidade, desigualdade.)

Ora, até onde temos lido, os apologistas do desenvolvimento sustentável entendem sua proposta como sendo crescimento capitalista. Assim, por exemplo, W. Reilly², Presidente da EPA (Agência de Proteção Ambiental) dos Estados Unidos, em um artigo intitulado "O Capitalismo Verde: os benefícios ambientais do crescimento estável", fala-nos de quanto o crescimento econômico beneficia o meio ambiente e de como a expansão econômica se harmoniza com a proteção ambiental.

Para o empresário Márcio Fortes, Coordenador-Executivo, no Brasil, do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, este significa uma nova ordem econômica mundial e uma "revolução ambiental", envolvendo a integração de critérios econômicos à prática ecológica: é alcançado pela aceleração do desenvolvimento, uma vez que o que polui é a miséria.³

Para o Relatório Brundtland as causas de deterioração ambiental são identificadas em três campos:

- 1 - no uso de tecnologias poluidoras;
- 2 - no aumento demográfico;
- 3 - na intensificação e expansão da miséria.

As soluções de desenvolvimento sustentável propostas são:

- 1 - reorientação tecnológica e institucionalização de meios de fiscalização - internacionais;
- 2 - controle populacional para o Terceiro Mundo;
- 3-políticas de ajustes e de ajuda financeira dos países ricos aos pobres.

Tais propostas permitem inferir qual é a concepção de "desenvolvimento sustentável" subjacente: é a do eco-capitalismo, que se traduz na confiança no avanço tecnológico capaz de produzir uma industrialização limpa e controlar a fecundidade das mulheres do Terceiro Mundo. A causa primordial da deterioração ambiental é tida como sendo a pobreza, muito mais do que os dejetos tóxicos do Primeiro Mundo; portanto, o desenvolvimento sustentável proposto é algo que vai "aliviar" a pobreza, "reduzi-la", "mitigá-la", dar oportunidade de vida melhor dentro de "padrões mínimos de consumo":

Para o Relatório Brundtland a pobreza e a deterioração ambiental formam um círculo vicioso, no qual cada termo é causa e efeito do outro. Além da injustiça cega que é não mencionar com a mesma insistência a degradação ambiental trazida pelo crescimento exponencial e o consumismo do Primeiro Mundo, o Relatório não aventa a hipótese de que pobreza e deterioração ambiental sejam ambos efeitos indesejáveis de um modelo de crescimento que busca incremento de capital e não atender às necessidades humanas. Pobreza e degradação ambiental não são percebidas pelo Relatório enquanto características inerentes à lógica perversa de um modo de produção concentrador, mas como percalços inesperados e perversos, passíveis de serem contornados e controlados através de políticas de ajustes e correções.

O "desenvolvimento sustentável" defendido pelo Relatório Brundtland é alcançável via um sistema econômico mundial de "cooperação integrada" (p.XII) e onde as multinacionais "têm importante papel a desempenhar" (p.20). A cooperação internacional é enfatizada por ser entendido que é "pura ilusão achar que os países em desenvolvimento possam viver por seus próprios meios" (p.82). É interessante ressaltar a insistência em usar tal terminologia - "países em desenvolvimento" - quando os próprios dados do Relatório evidenciam a pauperização e espoliação crescentes de tais países.

Defendem ainda e incorporam o conceito de "desenvolvimento sustentável" as agências internacionais de fomento ao desenvolvimento do Terceiro Mundo e a CEPAL, que, em recente estudo já citado, vê os recursos naturais enquanto bens de capital, uma nova forma de capital tão importante quanto o capital financeiro, o capital humano, o capital físico e os acervos institucional e cultural. Para a CEPAL, desenvolvimento sustentável é entendido como progresso técnico em um sistema de competitividade internacional do qual o meio ambiente é um meio econômico para assegurar o alcance do objetivo último do desenvolvimento, que passa a ser a pessoa (essa pessoa, todavia, é ela, também, capital, "capital humano").

Os ambientalistas se queixam de que a noção de "desenvolvimento sustentável", que é deles, vem sendo perversamente invertida e reinterpretada como uma estratégia de expansão do mercado e do lucro, quando, na verdade, significa originariamente

mudanças-chaves na estrutura de produção e consumo, nova ética do comportamento humano e recuperação do primado dos interesses sociais coletivos.

As ortodoxias terceiro-mundistas de esquerda e de direita se opõem ao conceito de desenvolvimento sustentável por diversos motivos. Para Vandana Shiva⁴, desenvolvimento sustentável se tornou uma ideologia, uma falsificação, quando passa a propor como solução para a crise ecológica a expansão do sistema de mercado:

Quão rápido as palavras perdem o seu significado em nossos dias. Tome o exemplo de sustentável. Ela é derivada de sustentar, que quer dizer sustento, manter, possibilitar até o fim, dar apoio a. Sustentável é uma palavra que se tornou importante no discurso desenvolvimentista da década de 80 porque quatro décadas de experiência de desenvolvimento determinaram que "desenvolvimento" e o seu sinônimo "crescimento econômico" usados relativamente ao aumento sistemático na renda per capita eram processos insustentáveis. Desenvolvimento era insustentável porque destruiu gradativamente a estabilidade ecológica e a subsistência dos povos... o crescimento no Terceiro Mundo tornou-se o ponto de partida da pobreza e da escassez... a década de 80 deslocou o foco para o tema da capacidade de sustento... o desenvolvimento foi baseado no crescimento da economia de mercado. Os custos invisíveis deste desenvolvimento foram a destruição de duas outras economias: dos processos naturais e da subsistência popular... enquanto o crescimento econômico e a comercialização estão sendo reconhecidos como a origem da crise ecológica no Terceiro Mundo, eles estão sendo paradoxalmente oferecidos como a solução da crise ecológica na forma de "desenvolvimento sustentável". A ideologia do desenvolvimento sustentável está dentro dos limites da economia de mercado... e propõe como solução para a crise ecológica a expansão do sistema de mercado... o Presidente do Banco Mundial disse: "a melhoria do meio ambiente, mais freqüentemente do que nunca, depende de um crescimento constante... Eu gostaria de compreender por que questionar a inviolabilidade do crescimento é ainda considerado uni tabu."

Em campo oposto, o jornalista Lorenzo Carrasco⁵ correspondente da Revista EIR (tida como um expoente do pensamento reacionário), critica o ecologismo como um movimento fascista mundial, o desenvolvimento sustentável como uma fraude, a Conferência Rio-92 como um mecanismo para impedir o desenvolvimento do Terceiro Mundo, e Lutzenberger, nosso Secretário de meio ambiente, como um "pagão anticristão, títere da oligarquia financeira anglo-americana".

Lohmann⁶, articulista da revista britânica de esquerda The Ecologist, faz também sua crítica aos ideólogos do Relatório Brundtland e arquitetos da Rio-92. Para o autor, a questão ambiental significa duas coisas diferentes para aqueles que constituem o bloco no poder, de um lado, e para as pessoas comuns, de outro: o bloco no poder quer apenas controlar os danos e as maneiras de conter as ameaças às formas atuais de concentração e do exercício de poder; as pessoas comuns querem as terras, florestas e águas preservadas da ação danosa do Estado e dos homens de negócio:

Nunca subestimem a habilidade das elites modernas em encontrar um caminho para sair da crise mantendo intacto o seu poder. Desde os dias da depressão, da reconstrução pós-guerra, do fim do colonialismo e da era do desenvolvimento que nossos

líderes contemporâneos e suas instituições sabem transformar pressões por mudança em vantagem para si próprios... Agora chega a crise global do meio ambiente. Mais uma vez o pessoal de cima faz um barulho solene sobre as graves ameaças à nossa segurança comum e à sobrevivência de nosso planeta. E mais uma vez propõem soluções que deixam intocadas as causas principais da questão. (Larry Lohmann, "Whose Common Future?", in *The Ecologist*, vol. 20, n° 3, p. 82).

"Desenvolvimento Sustentável", critica Isabel Carvalho⁷, "é um conceito que tem sua matriz no projeto desenvolvimentista liberal aplicado ao meio ambiente e que surge a partir do fracasso desta promessa desenvolvimentista". Para a autora, há "um certo tom farsesco no uso dessa expressão, que é utilizada como denotadora de um consenso que na verdade não existe e que sugere a superação da degradação ambiental e humana através do crescimento econômico e de políticas de cooperação internacional que na verdade reafirmam o atual modelo de desenvolvimento".

Existe nesse texto de Isabel Carvalho a mesma característica do Relatório Brundtland e do recente documento oficial do governo brasileiro: critica-se "o atual modelo de desenvolvimento", o "estilo de desenvolvimento"; fala-se em "economia de mercado", em "estilo de desenvolvimento internacionalizado", em "crescimento econômico", em "desenvolvimentismo". Evitam-se as palavras "capitalista", "capitalismo", "sociedade capitalista". Tais cuidados têm sua razão de ser: pelo lado empírico, os autores eximem-se de criticar o capitalismo, uma vez que o dito "socialismo real" (do qual hoje assistimos as exéquias) foi ainda mais fisicamente degradante e politicamente constrangedor; pelo lado teórico porque uma das soluções cogitadas seria uma social-democracia mais verdadeira, que conciliaria pontos positivos de um e outro sistema, ou seja, a liberdade com a justiça social.

Todavia, a meu ver, o uso do eufemismo "estilos de desenvolvimento" tem dois riscos conjugados: em primeiro lugar porque parece avalizar e endossar a idéia de que vivemos uma época pós-ideológica, na qual discussões ético-filosóficas sobre as diferenças que distinguem a realidade capitalista do projeto socialista seriam filigranas rançosas e azinhavradas; em segundo lugar porque a insistência no uso do termo "desenvolvimento" como sinônimo de sociedade; prende o debate ao campo estrito da economia, reafirmando sua hegemonia justamente no momento em que a filosofia ecológica contestadora propõe que se ultrapasse tal reducionismo economicista em benefício de uma visão mais totalizante e social.

Quanto a "desenvolvimento sustentável", a expressão tem, a meu ver, dois significados subjacentes:

1º) Na sua primeira acepção, desenvolvimento sustentável é uma expressão que vem sendo usada como epígrafe de boa sociedade, senha e resumo da boa sociedade humana. Neste sentido, a expressão ganha foros de um substituto pragmático, seja da utopia socialista tornada ausente, seja da proposta de introdução de valores éticos na racionalidade capitalista meramente instrumental.

Nesta acepção, desenvolvimento sustentável é um equívoco: desenvolvimento não é sinônimo de sociedade, nem desenvolvimento sustentável ou "novo estilo de

desenvolvimento" são sinônimos de nova sociedade. O termo "desenvolvimento" prende o debate ao campo restrito da economia e reafirma sua hegemonia num momento em que o mais importante é reduzi-la àquilo que ela tão-somente é, um mero instrumental, que deve estar subordinado às questões éticas mais substantivas.

2º) Na sua segunda acepção, desenvolvimento sustentável é desglamurizado e desmistificado como sendo apenas aquilo que é: um conjunto de mecanismos de ajustamento que resgata a funcionalidade da sociedade capitalista, ora naturalizada como paradigma da sociedade moderna: nova contabilização dos processos produtivos, incorporando externalidades; políticas de financiamento mais brandas; novos indicadores de desenvolvimento, que incorporem o bem-estar humano e proteção ambiental; reciclagem industrial; controle de emissões; parcimônia no manejo dos recursos naturais; estímulo à produção de conhecimento ambiental e a programas de monitoramento; controle demográfico etc...

Desenvolvimento sustentável neste segundo sentido é então visto não como nova sociedade, nova ordem econômica ou revolução ambiental, mas apenas como um conjunto de medidas paliativas, em prol do capitalismo verde. É um desenvolvimento suportável, medianamente bom, medianamente ruim, que dá para levar, que não resgata o ser humano da sua alienação diante de um sistema de produção formidável. Visto realisticamente, é um primeiro passo, no sentido de que talvez comecemos a escapar do insustentável, insuportável, em direção ao suportável e sofrível. Transformar o sofrível em bom, entretanto, é algo que foge ao escopo da economia.

4- Eco-Capitalismo ou Eco-Socialismo? A dimensão ética da questão ambiental

Vivemos um período de intensa guerra ideológica, iniciada nos anos 50, justamente quando o sociólogo Daniel Bell¹ lançava seu livro sobre um suposto fim das ideologias, e que se intensifica atualmente, quando a grande imprensa e seus analistas trombeteiam o ocaso do socialismo, e o capitalismo é saudado como “a onda do futuro”².

Essa guerra tem suas características: a primeira é a retórica negadora, que negaceia a disputa, não só porque um dos lados já teria naturalmente vencido, como também porque tenta desqualificar a argumentação de seu opositor, atribuindo-lhe a pecha do atraso, do arcaico, de resquício de formas ultrapassadas e imaturas de pensar, utopias românticas e teimosas que insistem em resistir à evidência dos fatos.

A segunda característica dessa guerra é que ela se delineia no campo ambiental: o enfrentamento ideológico, inconfesso mas presente, assume hoje a feição ecológica. Embora haja quem acredite e quem diga que o ecologismo é um novo sistema sócio-econômico, pós-moderno, característico do terceiro milênio, nova fase da humanidade, novo estágio depois do capitalismo e do socialismo, vejo o ecologismo como um campo de lutas dentro do qual o ideário liberal e o ideário socialista (com todas as suas nuances) continuam a se digladiar.

Não estamos à esquerda nem à direita; estamos à frente. (Herbert Gruhl, militante alemão, citado por Fritjof Cabra e Charlene Spretnak, *in Green Politics*)

Ou atrás. (Foreman, do Earth First, assumidamente antiprogressista e pós-humanista, citado por Luke).

Todavia, apesar dessa disposição de estar além da dicotomia direita/esquerda, capitalismo/socialismo e de nela só ser enquadrado à força de reducionismos (reducionismo tecnocrático, que tenta reduzir a questão ambiental a uma questão de tecnologias adequadas; reducionismo marxista, que tenta reduzi-la a uma questão entre possuidores e expropriados), o ecologismo é um campo de lutas entre um capitalismo verde e um eco-socialismo. A base dessa disputa é de ordem filosófica, ética.

A questão ética que impõe fronteiras entre o capitalismo e o socialismo vem do dilema sobre a natureza e o papel da desigualdade: enquanto o pensamento liberal, proveniente de Locke, naturaliza a desigualdade social, vendo a diferença entre ricos e pobres como o resultado das diferenças inatas entre os seres humanos, o pensamento socialista, com sua matriz em Rousseau, encara a divisão social entre ricos e pobres como uma consequência espúria de uma apropriação da natureza, transformada em patrimônio protegido por cercas, e, através desta, da apropriação do esforço despendido pelo trabalho alheio.

Considerando a desigualdade algo natural, o pensamento liberal não se preocupa com a busca de uma ordem social mais justa, não tem a pretensão de construir utopias. Sua retórica em favor da liberdade de mercado e da livre iniciativa, longe de se constituir em um ideal utópico, é um discurso tático, instrumental.

Mesmo Max Weber³, que defendeu a tese segundo a qual o capitalismo moderno floresceu por ter tido um espírito ascético inspirado por uma ética, a ética protestante puritana, louvadora do trabalho e da frugalidade, pois bem, mesmo Weber, ao entrar em contato com o capitalismo norte-americano do início do século, rendia-se à evidência de que o capitalismo era a-ético e havia se tornado um esporte, associado a paixões puramente agonísticas. Quanto ao seu futuro, escreveu:

Ninguém sabe... se, ao término dessa extraordinária evolução surgirão novos profetas e se assistirá a um pujante renascimento de antigas idéias e ideais; ou se, pelo contrário, será envolvido por uma onda de petrificação mecanizada e uma luta convulsa de todos contra todos. Neste caso, os últimos homens dessa fase da civilização poderão se aplicar esta frase: "especialistas sem espírito, gozadores sem coração". (A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, 1979, p. 259)

Já o socialismo é escatológico, isto é, acredita numa realidade melhor a cumprir-se ao final de um processo histórico de lutas, e que vem a ser a realização de um projeto utópico. Segundo o polonês Kolakowski⁴, a dimensão utópica é característica das esquerdas, uma vez que é um estado de consciência social que nega o mundo existente e pretende transformá-lo. Já as forças conservadoras não necessitariam de projetos utópicos, pois reafirmam o existente.

Para o norte-americano Peter Berger⁵, o socialismo é um dos grandes mitos da nossa era, enquanto que o capitalismo não os tem, dependendo unicamente dos efeitos legitimadores da sua pura facticidade. Apoiando-se em citações de Sorel, Berger vê os

ideais de justiça social, igualdade e redenção, próprios do socialismo, como uma questão de mural escatológica, uma profissão de fé, um mito.

A crítica de Sorel aos mitos, endossada por Berger, parte da premissa racionalizante, característica da ciência e do ethos modernos, que identifica razão à verdade e o mito à fantasia, à ilusão, ao irracional, à esfera da opinião, da "doxa", algo que se opõe à "aletheia" à verdade científica.

Contraopondo-se a esse desprezo aos mitos, Augusto de Franco⁶ os defende como parte integrante de um novo socialismo utópico para o século XXI, no qual razão e mito são duas formas de estar e de orientar-se no mundo: sem mito não há produção de futuro.

Quando Engels⁷, no século XIX, condenou o socialismo utópico a ser abandonado em prol do dito socialismo científico, estava, segundo Augusto de Franco, preso ao racionalismo cientificista de seu século e à idéia platônica de verdade, que desqualificam a dimensão da opinião e da utopia. O socialismo científico, dentre outras dificuldades, produziu o determinismo e o imanentismo, através dos quais enfatiza a determinação econômica infra-estrutural e a marcha inexorável dos povos rumo ao socialismo. Superando a tudo isto caminhamos, segundo Augusto de Franco, para um novo socialismo utópico, que vê o socialismo como um projeto humano a ser realizado e não como resultado da marcha da história. Este novo socialismo reconhece a autonomia das esferas ideológicas e o poder realizador das configurações espirituais, recolocando o papel da subjetividade.

Esta proposta, a meu ver, converge com a ecosofia de Guattari⁸, inspirador dos ecologistas sociais: para Guattari, as perturbações ecológicas dizem respeito, sobretudo, a uma deterioração progressiva dos modos de vida humanos e coletivos. Embora o desenvolvimento das forças produtivas possa encontrar meios técnico-científicos capazes de resolver a problemática físico-ambiental, as forças sociais organizadas e as formações subjetivas continuam incapazes de se apropriar desses meios para torná-los operativos. Vivemos, segundo o autor, numa fase de capitalismo mundial integrado, no qual os focos de poder estão descentrados da produção de bens e serviços, passando para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade. A subjetividade capitalista é engendrada pelo controle das semi-ótics, da construção de significados. A utopia proposta por Guattari como reação é a da reconstrução das relações humanas em todos os níveis do social, questionando o conjunto da subjetividade. Neste sentido os movimentos ecológicos deveriam perder a vinculação com a imagem de uma pequena minoria de amantes da natureza ou de especialistas diplomados e ter sobretudo um engajamento político contra o capitalismo mundial integrado e suas subjetividades alienadas e alienantes.

Em resumo: do ponto de vista dos Verdes ecologistas sociais ou ecopolíticos, o eco-capitalismo (que combina um eco-tecnicismo a um ecomalthusianismo, na tentativa de administrar os percalços que a poluição e a pobreza vêm causando à produtiva), estaria longe de solucionar os problemas de degradação ambiental e social, uma vez que estes seriam causados pela própria lógica produtiva capitalista, que tende à concentração, à exclusão e ao consumismo. Os defensores do eco-capitalismo, por outro lado, fazem coro a Fukuyama⁹ e Roberto Campos na defesa do liberalismo (leia-se capitalismo), argumentando que a deterioração do meio ambiente é causada pelas distorções protocapitalistas de um sistema terceiro-mundista selvagem e insuficientemente capitalista.

Ambos concordam, em relação ao dito Terceiro Mundo, que não se trata de zerar o crescimento econômico; posto que é necessário produzir casas, alimentos, vestuário, transporte, educação e saúde para a sua população. Para os eco-capitalistas o atendimento a essas necessidades é uma oportunidade de bons negócios e uma forma de aumentar a produtividade de seu "capital humano"; para os Verdes trata-se de uma questão de justiça social, de direitos humanos, isto é, tem uma dimensão ética.

"Qual a diferença?", perguntará o leitor. Com uma ou outra motivação não haverá de toda forma o atendimento dos interesses da população ora desvalida? A diferença está em que, em primeiro lugar, o sistema capitalista não atende a necessidades e sim a demandas, isto é, às necessidades daqueles que têm poder aquisitivo para poder ser atendidos pelo mercado; para os desvalidos haveria a boa vontade de dar "oportunidade de vida melhor" e "padrões mínimos de consumo", o que, até agora, vem sendo feito de forma autoritária, impositiva, homogeneizante e empobrecedora em termos culturais ("moradias" de 16 m² em quentíssimos pré-moldados de cimento, alimentação baseada em leite de soja produzida por vacas mecânicas ...). Para os eco-capitalistas trata-se de ter os pés no chão, ser realista e resgatar as pessoas de uma miséria abjeta para níveis aceitáveis de pobreza; para os Verdes trata-se de, conforme a música dos Titãs, "ter a vida como a vida quer", ter "inteiro e não pela metade":

*...você tem sede de quê? Você tem fome de quê? A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte... a gente quer saída para qualquer parte... a gente quer a vida como a vida quer... a gente quer prazer pra aliviar a dor... a gente quer inteiro e não pela metade... a gente quer dinheiro e felicidade...*¹⁰

O movimento ambientalista surgiu como um manifesto pela sobrevivência: sobrevivência do planeta, de bichos e plantas ameaçados pela extinção; no Terceiro Mundo assumiu a forma da defesa da sobrevivência social dos desvalidos; contra o poderio bélico e tecnológico do Primeiro Mundo o Terceiro se defende sobraçando a questão ética (moral, dizia Nietzsche, é aquilo que os fracos constroem para dominarem e deterem os fortes). Mas sobrevivência é ainda uma palavra morna, um meio-termo entre o não-viver e a vida plena. Os ecologistas sociais não me parecem querer a sobrevivência. Querem a felicidade. A felicidade, posta como questão política, coletiva, é, sem dúvida, uma característica nova do tempo que vivemos.

5- O desenvolvimento sustentável e a dimensão nacional

O pensamento ambientalista é predominantemente transnacional, no sentido de que entende que os problemas ambientais não têm fronteiras geográficas ou políticas. Em virtude desta, diríamos, transnacionalidade, somada ao fato da interdependência real mas nem sempre evidente entre as questões ambientais, sociais e econômicas, a solução para a crise global que atravessamos é pensada pelos ambientalistas em termos de cooperação fundamental entre os povos e em termos de um novo arranjo político, dada a ineficácia das

instituições representativas atuais. Este é, por exemplo, o pensamento dos integrantes da rede Amigos da Terra¹ (FOE).

O sentimento de fraternidade universal, que inspira tais ambientalistas na busca de uma sociedade humana solidária e sem fronteiras, foi um dos temas mais caros ao ideário anarquista e comunista, uma vez que o recorte do mundo em estados nacionais era visto com sendo uma realização da burguesia em luta por mercados. A vida humana degradada era interpretada como sendo o resultado de um modo de produção capitalista que tinha seus alicerces e origem no mercantilismo do qual emergiram os estados nacionais burgueses. A criação da sociedade justa e igualitária implicaria, portanto, o fim dos estados nacionais. A exacerbação da dimensão nacional ficou-nos, também, indelevelmente ligada à truculência ditatorial dos regimes fascistas. Assim, o nacionalismo era encarado com reservas pelos espíritos libertários.

Por outro lado, os países do dito Terceiro Mundo, que faziam sua independência política das suas metrópoles européias, passavam a se orientar por um ideário nacionalista como corolário das suas lutas contra um sistema imperialista, que se mantinha sob a forma econômica e que era identificado como a nova etapa do capitalismo. Dessa forma, o nacionalismo, entendido como autodeterminação dos povos, desenvolvimento endógeno, soberania de fato, tornou-se uma bandeira importante das esquerdas terceiro-mundistas.

Face ao exposto, podemos perceber o quanto a questão nacional é polêmica entre os ambientalistas brasileiros, fazendo despontar posturas ambivalentes.

Esta ambivalência é reforçada pela aparente contradição no cenário mundial, onde temos, de um lado, o fenômeno da globalização da economia, com a internacionalização do processo produtivo e a nova divisão internacional do trabalho, a partir das empresas transnacionais; de outro, os nacionalismos separatistas, que vêm pipocando atualmente, principalmente no Leste Europeu, após o esfacelamento da URSS. Segundo o historiador Eric Hobsbawm², o sentimento nacionalista que eclode atualmente é bem diferente de seus congêneres: em vez de tipicamente unificadores e emancipatórios, os movimentos nacionalistas dos anos finais do século XX são essencialmente negativos, ou melhor, separatistas. São, a nosso ver, movimentos em defesa de uma identidade étnica e lingüística, isto é, cultural. Uma pugna pelo reconhecimento do direito à diferença.

Para o cientista político Emir Sader³ e para o articulista Moacir Werneck de Castro⁴ estaríamos vivendo um novo confronto: de um lado, a idéia de um mundo unipolar, "naturalmente" unificado pelo progresso das forças produtivas capitalistas, uma nova ordem econômica mundial na qual os Estados Unidos se conferem o papel de *gendarme* mundial; de outro, massas de mão-de-obra desqualificada, expelidas de suas terras e que vagueiam em ondas pelo Primeiro Mundo. Tais massas, segundo Sader, "encontram na nacionalidade os elementos de identidade necessários para resistir aos processos de desagregação a que são submetidos".

Neste sentido, além da identidade cultural, o sentimento da nacionalidade é também uma luta por sobrevivência, no sentido de ser uma luta pelo direito a um espaço próprio, juntamente com a luta por uma identidade e um modo de ser diferente do padrão global que vem se impondo.

No contexto brasileiro, a questão nacional, articulada à questão ambiental, tem gerado certa confusão e acusações mútuas: os ambientalistas são acusados de serem impostores, hereges de um panteísmo anticristão, apóstolos da filosofia do "eco do passado", colaboradores de uma *gendarmérie* ecológica que quer internacionalizar a Amazônia. Por sob a pele de cordeiro do ambientalismo geral, acumpliciado pela inocência útil e/ou pelos interesses profissionais dos ambientalistas brasileiros, estaria a cupidez pelas jazidas minerais, lá descobertas recentemente, e pela sua biodiversidade, agora transformada em riqueza econômica, em "bancos genéticos", dado o avanço da biotecnologia. A proposta de terminar com as forças armadas nos países "em desenvolvimento", em prol de gastos com a educação e saúde, de autoria de Robert MacNamara, é interpretada como uma das formas de concretização do acesso internacional à Amazônia; defender as forças armadas passa a ser, segundo tal corrente, defender a soberania nacional. Da mesma forma, as redes ambientalistas internacionais são vistas como braços das oligarquias financeiras anglo-americanas, com suas propostas de conversão da dívida externa por projetos de preservação ambiental.

Neste sentido, a Conferência Mundial sobre meio ambiente e Desenvolvimento, promovida pela ONU, vem sendo interpretada como sendo uma fraude, um "forrobodó ecológico" impingido pela máfia dos países ricos contra a soberania nacional brasileira⁵.

Os defensores de tais idéias, militares como o General Sotero Vaz, Chefe do Comando Militar da Amazônia, se afinam com o "desenvolvimentismo" de atores sociais como os de Gilberto Mestrinho, governador do Amazonas, defensor da motosserra, e de Jerônimo Santana, governador de Rondônia, que acusou José Lutzenberger, nosso emérito ambientalista, Secretário Especial de Meio Ambiente, de trabalhar contra os interesses nacionais, pois teria induzido o Banco Mundial a suspender um empréstimo de 200 milhões de dólares que faria àquele Estado. Harmonizam-se com as idéias e atitudes de fazendeiros de Rondônia como Carlos Terra, que se autodefine como um "bandeirante moderno", orgulhoso das derrubadas promovidas contra a "Hiléia agressiva" e defensor de um desmatamento programado, restrito a áreas de solo fértil⁶; com Fernando Penteadinho Cardoso, Presidente da indústria de fertilizantes Manah (dona de 20 mil hectares de pastagens na Amazônia), para quem o "desenvolvimento sustentável" preconizado pelo também empresário Márcio Fortes é "uma besteira" e tem-se mesmo que derrubar a mata para produzir alimentos "para os vagabundos que estão nas grandes cidades"⁷.

Do outro lado, os ambientalistas se defendem acusando os seus opositores de professarem um falso nacionalismo, de terem um discurso "chinfrim", pois foram "dóceis pupilos da doutrina de segurança nacional da Escuela de Las Américas, na zona do Canal de Panamá, onde o Pentágono modelou varias gerações de oficiais latino-americanos, na total submissão aos seus desígnios de guerra fria". Os demais que têm a retórica deste nacionalismo tido como falso pelos ambientalistas são "empresários testas-de-ferro de capitais multinacionais estabelecidos na Amazônia durante os anos 70, na pecuária, na mineração e na celulose, em gigantescos empreendimentos devastadores, comandados por estrangeiros, o que nunca lhes despertou, na época, o menor brio nacionalista. E, last but not least, alguns dinossauros da nossa velha esquerda stalinista"⁸.

Os pruridos antiambientalistas desses militares são interpretados pelos ambientalistas oponentes como sendo resultado de uma crise de identidade e de funções, pois, agora que não têm mais o comunismo como arquiinimigo, precisam construir outro a fim de justificar sua permanência e seus gastos.

Os ambientalistas brasileiros, reunidos no VI Encontro Nacional do Fórum das organizações não-governamentais preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre meio ambiente e Desenvolvimento, aprovaram uma nota pública na qual dizem que estão sendo acusados de internacionalizar a Amazônia quando lutam é pelo "cumprimento das leis brasileiras, inclusive a Constituição, e pela democratização da Amazônia a todos os seus níveis". Questionam as "falsas estratégias de 'desenvolvimento' que concentram capitais e têm destruído a Amazônia e gerado miséria para todo o povo brasileiro".⁹

Para estes ambientalistas, deve haver uma mobilização nacional é contra a política nacional de meio ambiente, que está sob a égide da Secretaria de Assuntos Estratégicos -SAE, ex-SNI, que sucateia o IBAMA, corta orçamento aprovado para meio ambiente e entrega os planos de desenvolvimento da Amazônia para o Grupo dos 7. Os ambientalistas criticam o governo federal por não contribuir como deveria para o "real avanço no debate dos temas da Conferência", conivente que fica com a "escalada de desinformação que tenta revestir-se de nacionalismo e que já começa a atacar, via imprensa, a própria realização da Conferência das Nações Unidas no Brasil, como se ela representasse alguma ameaça à soberania nacional".

No seu entender, a "Conferência da ONU e todos os seus eventos paralelos não devem constituir um grande show para ocultar a destruição da natureza e a miséria do nosso povo com debates brilhantes e ecologia *soft* ou *light*", pois é, isto sim, "uma oportunidade para examinar os fatos à luz dos compromissos históricos do movimento ecologista e do movimento popular brasileiro em seu conjunto".¹⁰

Os ambientalistas brasileiros, em parceria com redes internacionais ambientalistas, estão organizando um encontro para junho de 1992, paralelo ao evento oficial. Nele discutirão as questões de meio ambiente e de desenvolvimento a partir da visão das organizações não-governamentais e dos movimentos sociais. Os objetivos deste encontro são: "a longo prazo, construir as bases de um movimento, a nível mundial, de ONGs, movimentos populares, movimentos sociais e de organizações afins (definidas como participativas, sem fins lucrativos e que trabalhem nas questões do meio ambiente e desenvolvimento e estejam comprometidas com mudanças sociais) para estabelecer novos padrões de justiça, de participação e de sustentabilidade para o planeta"; como objetivo imediato, o encontro visa "pressionar os governos durante o processo preparatório da Rio-92 e, em junho de 1992, no sentido de alcançar o desenvolvimento ecologicamente sustentável".¹¹

O sentimento transnacional desses ambientalistas faz com que apareça nas suas discussões sobre as propostas a serem discutidas em 1992 a idéia da reformulação e democratização da ONU, com a formação de um parlamento de cidadãos e o surgimento de uma cidadania supranacional, planetária.¹²

Essas idéias e essas redes internacionais de povos, de cidadãos, caminham no mesmo sentido de outras tendências: segundo Hobsbawn, "o número de organizações

intergovernamentais cresceu de 123 em 1951 para 280 em 1972 e para 365 em 1984; o número de organizações internacionais não-governamentais foi de 832 para 2.173 em 1972 e mais que dobrou nos doze anos que se seguiram, atingindo 4.615 em 1984". Tudo isso, segundo o autor, tornou-se possível pelas revoluções tecnológicas nos transportes e nas comunicações e por uma onda maciça de migração intercontinental e internacional.¹³ Entre nós, as perseguições políticas e o conseqüente exílio dos nossos "subversivos" na Europa favoreceram o crescimento de uma rede de solidariedade a perseguidos e de apoio a movimentos sociais de cidadania e em prol de um desenvolvimento real, democrático e não-excludente: com a anistia esses exilados, de volta ao Brasil, trouxeram consigo contatos e experiências para aqui fundar organizações não-governamentais - as ONGs - e movimentos populares diversos, que contam, alguns, com respaldo financeiro internacional.

Nos termos do Relatório Brundtland, que, como vimos, vem dando o tom para os debates em turno da Conferência, a questão nacional/internacional/transnacional é posta de forma um tanto confusa. O relatório declara que "as formas tradicionais de soberania nacional são desafiadas pelas realidades de interdependência econômica e ecológica" (1988, p.293) e que as fronteiras nacionais se tornaram "tênuas" pois "políticas antes consideradas exclusivamente 'assunto nacional' têm hoje impacto sobre as bases ecológicas do desenvolvimento e da sobrevivência de outras nações" (1988, p.349). A argumentação em favor de 'uma nova ordem internacional' prossegue com a afirmação de que é uma "cruel ilusão a idéia de que os países em desenvolvimento possam viver com seus meios limitados" (1988, p.82), uma vez que "nenhum país pode desenvolver-se isoladamente" (1988, p.44), já que a "ação isolada dos governos dos países pobres não é suficiente para reduzir a pobreza global" (1988, p.82), precisando de assistência maciça e generalizada (1988, p.375). Tais afirmações são um bocado ambíguas, pois tanto podem ser lidas como motivadas por um espírito de solidariedade altruísta, preocupado apenas com o bem comum, quanto pela velha inspiração de, sob a capa humanitária, fazer bons negócios, mantendo-se o atrelamento entre países. O que significa, por exemplo, a preocupação em "reforçar a segurança no mundo"? Garantir qualidade de vida, tornar a vida segura ou impedir que algum país busque "isoladamente" um outro modelo social que não se coadune com esta interdependência?

Nova Ordem Internacional não significa a mesma coisa na boca do Presidente Bush e no pensamento das novas esquerdas que animam o ambientalismo. As idéias, enquanto forças vivas, são reinterpretações e apropriadas pelos diferentes segmentos sociais, correndo o risco de serem adulteradas. É o que está acontecendo com o lema ambientalista "pensar globalmente e agir localmente", na medida em que tal slogan se presta a ser usado para ratificar posições político-ideológicas que, a pretexto de criticar o anacronismo da esfera nacional, na verdade defendem os interesses oligopolísticos das empresas transnacionais.

Por outro lado, o enfrentamento do imperialismo econômico x nacionalismo tem desenvolvido entre nós um xenofobismo esperto e maniqueísta, que lança a culpa de todas as nossas misérias ao plano exterior e tenta fazer passar uma falsa identidade entre as elites brasileiras e o povo desvalido, todos supostamente nivelados neste processo de vitimização sofrido pela nação. A divisão que os nossos militares enxergam entre um Primeiro Mundo monoliticamente ruim, que usa a temática ambientalista para abocanhar as riquezas naturais

de um Terceiro Mundo ingênuo e imitatório, é um tanto simplista. Assim como também é simplista a crença de ambientalistas de que a criação de um parlamento de cidadãos planetários acabará por resolver por tabela as nossas mazelas nacionais.

Para César Benjamin, o Brasil precisa se redescobrir enquanto nação, ter um projeto de nação, uma vez que o que se vem discutindo nos últimos anos não é o Brasil, mas o setor formal e oligopolizado de sua economia e, ainda assim, apenas a gerência cotidiana de seus problemas. Essa redução da questão nacional brasileira às questões da conjuntura econômica de seu setor dominante encobre, segundo Benjamin, um processo implícito de definição sobre quais são os problemas e quais os atores legítimos do debate nacional. Quando a discussão fica presa à gerência de conjunturas definidas pelo setor oligopolizado, ficam excluídos os pobres, a população da periferia das grandes cidades, os desempregados, os migrantes e camponeses. Para o autor, construir metas nacionais, ter um projeto de nação, precede a discussão da política econômica e envolve a redefinição de direitos, a reinvenção de instituições e a redistribuição do poder, adequando-se meios afins.¹⁴

Este projeto nacional, que deverá ser generoso, realista, radical e politicamente viável, criará um mercado interno de massas, com recursos da poupança nacional e das reformas sobre o estoque das riquezas acumuladas, uma vez que devemos voltar a crescer com o que temos.

Mas, quem será o sujeito deste projeto? Nos anos 60, cientistas do MIT escreveram que os militares deveriam ser o segmento social a quem cumpriria a tarefa de construir sociedades modernas no Terceiro Mundo. No caso brasileiro, a ditadura militar traçou Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II) cujo lema era transformar o país numa grande potência. Para tanto, construíram hidrelétricas, usinas nucleares, abriram a Transamazônica, modernizaram as telecomunicações... ao mesmo tempo em que dizimavam lideranças populares, negligenciavam educação e saúde e criaram pacotes econômicos que tangeram uma massa populacional progressivamente empobrecida para as metrópoles inchadas.

Os atuais agentes das políticas econômicas que fazem as vezes de projeto nacional são, ainda segundo Benjamin, "os homens de terno e gravata que, durante o expediente, com poucas exceções, cartelizam setores, remarcam preços de forma abusiva, contatam doleiros, fraudam concorrências, negociam subsídios, despedem gente e, nos momentos de folga, diante das câmeras, salvam o país". Enquanto isto, ficam excluídos das decisões os subempregados, a população das periferias urbanas, o camponês, o migrante.

Para Benjamin, trata-se de incluir estes excluídos. O que não fica claro, porém, é se esta inclusão se deva dar pelo processo de substituição dos sujeitos de hoje, ou se pela coexistência, via negociação e consenso.

No caso brasileiro atual vejo o Fórum das ONGs de meio ambiente e de desenvolvimento como uma tentativa para formar este ator coletivo que venha a ser sujeito da construção de uma nova sociedade. Neste sentido, é uma experiência ampliada do que foi o Plenário Pró-Participação Popular na Assembléia Constituinte (1985-88) e sua Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte.¹⁵ Seus objetivos são quase os mesmos: o fortalecimento da sociedade civil, tendo como princípios a democracia de base e a participação dos cidadãos.

Os militantes deste Fórum não compartilham da suspeita de que a UNCED ou CNUMAD/92 seja um jogo de cartas marcadas e uma conspiração do Primeiro Mundo pela internacionalização da Amazônia. Em lugar de se encaixarem num confronto maniqueísta Norte versus Sul, organizam um encontro paralelo à Conferência oficial, baseado em alianças com redes internacionais de cidadania, não apenas latino-americanas e terceiro-mundistas, como também com algumas das grandes redes internacionais, tais como Amigos da Terra, Greenpeace, WWF, no sentido de tecer uma rede de cidadania planetária para a defesa de suas causas comuns, de interesse dos povos.

Isso não significa, contudo, a ingenuidade de negar que a temática ambiental esteja sendo usada para manipular interesses escusos, mas de recusar vê-la reduzida a isto. A própria preparação da UNCED é um fenômeno complexo e diversificado. Seu comitê preparatório da Conferência oficial -PREPCOM - tem ONGs também, com direito a voz (350 ONGs no PREPCOM III em agosto último, em Genebra) e é arena de diferenças entre as delegações e entre estas e as ONGs. Joy Hyvarinen, da Greenpeace, escrevendo no Network'92, boletim do Centro do Nosso Futuro comum, organizador da UNCED, lamenta que esta possa vir a ser a grande oportunidade perdida do nosso tempo, pois os governos resistem a discutir seriamente alternativas no modelo atual de desenvolvimento, que tem o norte do planeta como padrão. ("UNCED: a quiet failure?", in Network' 92, nº 10, sep./91)

Neste embate sobre a dimensão nacional/internacional da questão ambiental todos estão, tal como na anedota sobre os cegos e o elefante, a um só tempo certos e errados. "O elefante é como uma cobra", dizia o que tateava sua tromba; "não, é como um crustáceo", respondia o que alisava suas presas. Todos estão certos, a partir de seu ângulo de visão e experiência, e todos estão errados, pois a realidade vai até além de uma soma de tudo isto. Tampouco a realidade é binária (nacionalismo ou entreguismo, progresso ou irracionalidade, ambientalismo ou independência). As oposições são quase sempre um falso dilema: o desenvolvimentismo dos governadores e empresários da Amazônia não significa necessariamente qualidade de vida digna para a população da região; o ambientalismo não implica entreguismo; nem a adoção de Gaia implica defender retrocessos tecnológicos. Se as bandeiras ambientalistas são capturadas por Bush et caterva, isso não caracteriza necessariamente compactuação dos ecologistas com o grupo imperialista. A análise binária - ou isto ou aquilo - é sempre muito empobrecedora. Serve para emprestar identidade artificial e fugidia, posto que construída por oposição à identidade que imputamos ao outro.

Talvez por isso os ambientalistas sejam criticados e mal-vistos: não se encaixam nas dicotomias. Antes de construir identidades entrincheirando-se em oposições fáceis e de pronta assimilação, tentam um projeto próprio, plural, e que tem por objetivo algo indefinível: a felicidade.

6- Contraproposta ao desenvolvimento sustentável

O conceito de "desenvolvimento sustentável", difundido pelo Relatório Brundtland e mote da Rio/92, como vimos, suscita polêmicas. Alguns ambientalistas reclamam que era uma bandeira sua que foi capturada por outros segmentos sociais, passando a ter outros significados. No contexto preparatório à Conferência Internacional de meio ambiente e

Desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se uma palavra de ordem, uma bandeira conciliatória que, tocada por uma certa magia da virada do milênio, traria um consenso imperativo e lógico entre desenvolvimentistas do Terceiro Mundo, o capitalismo *soft* do Primeiro Mundo e os ambientalistas em geral.

Como foi dito anteriormente, as idéias são forças vivas, são capturadas, naturalmente reinterpretadas ou propositalmente adulteradas. Os conceitos que as condensam tornam-se ora campo de lutas no qual todos entram, parecendo dizer a mesma coisa, mas na verdade se referindo do a algo bem diferente (nesse caso os conceitos se tornam buracos negros sem significado), ora são instrumentalizados como armas, tornando-se etiquetas e emblemas de posicionamentos políticos, marcos de espaços específicos de atuação (aí, se ganham clareza, correm o risco de tornarem se clichês).

No conceito de desenvolvimento sustentável cabem todos os significados: é sinônimo de sociedade racional do terceiro milênio, de indústrias limpas, de crescimento econômico, de forma disfarçada da continuação imperialista sobre o Terceiro Mundo, de utopias românticas... tudo nele parece caber.

Alguns propõem o banimento de seu uso, para dar mais exatidão e cara política mais reconhecível a outras propostas; expressões substitutivas são sugeridas, como, por exemplo, a "autogestão biocrática"¹ e a "eco-democracia".²

O termo autogestão se refere ao processo de organização democrática da economia e do poder político, com o controle da produção exercido diretamente por todos que trabalham; o ser humano deixa de ser objeto e resolve-se o problema do que e como produzir e, conseqüentemente, de como distribuir. Com o controle exercido democraticamente em cada instância pelos parlamentares sobre o mercado, a dimensão humana prevalece sobre a de consumidor isolado. A autogestão é o processo mais democrático de organização social... O termo biocrático significa governo para a vida...consistindo em valores éticos para a sociedade humana subordinados à vida... a autogestão biocrática significa a construção de uma nova sociedade orientada para a continuidade da vida planetária, baseada no crescimento da consciência crítica do ser humano, que propicie o bem-estar, o lazer e a cultura às futuras gerações. (CEASE -SP Sul/91)

O marco diferencial de um modelo alternativo de desenvolvimento que atenda de fato à construção de uma ordem social justa e que tenha tido respeito à vida e no reconhecimento dos direitos sociais seu compromisso fundamental é sua sustentabilidade democrática...A sustentabilidade democrática, como parâmetro de um projeto de sociedade, se coloca como uma escolha no campo controverso das práticas políticas sociais. Não é um imperativo, mas uma opção ética. Não se trata de um projeto salvador, intrínseco ao processo histórico ou à evolução da espécie humana, como algumas vezes se apresentam alguns argumentos ecológicos visionários. Não há um futuro necessário, ou uma única saída, mas uma correlação de forças, um confronto de escolhas, sempre dinâmico e imprevisível, que vai modelando o planeta e seu futuro desde já. (Isabel Carvalho, Pg. nº 69, p. 14)

Sem entrar na discussão do conteúdo das sugestões, é evidente que elas partem do entendimento de que o conceito de desenvolvimento sustentável traz embutido em si a proposta de uma nova sociedade. Muitos compartilham deste entendimento e traduzem seus anseios por uma nova sociedade de forma mais cautelosa, usando a expressão "novo estilo de desenvolvimento".

Isso é um equívoco. Insisto: desenvolvimento não significa sociedade. A proposta de "desenvolvimento sustentável", tal como vem ganhando corpo, é uma soma de mecanismos de ajustes em prol de um capitalismo *soft*. Que venha (antes disso que o capitalismo selvagem do Governador Mestrinho e dos empresários Carlos Terra e Fernando Penteados Cardoso).

Por outro lado, a idéia da construção de uma sociedade passada a limpo, igualitária e livre, justa e democrática, bonita e feliz, é algo muito mais amplo e não cabe dentro da expressão "desenvolvimento isso" ou "desenvolvimento aquilo", pois sai necessariamente do campo limitado da economia e entra no campo muito mais abrangente da filosofia. É sobretudo uma questão ética.

Como estamos falando em equívocos, aproveito a deixa para mencionar um outro equívoco que, a meu ver, os ambientalistas brasileiros vêm construindo: o entendimento de que a sociedade civil se opõe ao Estado.

Inspirados pelo pensamento anarquista e movidos por um horror justo contra as ditaduras, os ambientalistas em geral confundem governos com o aparelho estatal e definem o Estado como um instrumento perverso de dominação e uma instância definitiva e inerentemente apodrecida. Contra o Estado propõem o fortalecimento da sociedade civil e suas ONGs - organizações não-governamentais. Sociedade civil, por sua vez, é interpretada não nos termos hegelianos - espaços da burguesia - e sim como um espaço dos dominados e explorados que tentam construir uma contra-hegemonia.

A desqualificação do Estado e a construção de oposição sociedade civil versus Estado parecem-me equivocada tanto em termos teóricos quanto políticos, pois acabam sendo despolitizantes. Em nosso país poucas coisas são tão novas e urgentes quanto a necessidade de desprivatizar e democratizar o Estado. Nosso ambientalismo faria melhor se usasse a visão holística para perceber que sociedade civil e Estado formam uma unidade dialética. Assim estariam coerentes com as críticas feitas ao dito mundo moderno, que provocou separações alienantes: ciência liberta da ética, economia separada da política etc....

Uma sociedade que busca a felicidade é uma sociedade que recupera esta visão integrada. A sociedade feliz será a sociedade ética, que promova a dignidade humana sobretudo, mas sem arrogâncias antropocêntricas que desrespeitem outras formas de vida; que saiba criar um convívio igualitário entre raças, sexos e nações, sabendo, ao mesmo tempo, preservar suas diversidades culturais; que crie espaços de decisão na sociedade civil, coexistentes, entretanto, com as instituições de um Estado democratizado e desprivatizado, pois este ainda não teve suas potencialidades esgotadas. Em tal sociedade feliz a ciência não precisa ser renegada, pois, liberta do positivismo, deixa de ser instrumento de dominação e se reaproxima da sabedoria filosófica.

Os ambientalistas têm sido criticados por fazerem renascer uma religiosidade irracional, pagã, calcada no culto panteísta de Gaia. A sociedade feliz será de fato, no sentido etimológico do termo, uma sociedade religiosa, que liga, ata o que está desunido. Não nos referimos aqui à defesa de uma moralidade religiosa autoritária, que limita e infelicita o indivíduo, mas à recuperação da liberdade individual, que passa pela construção, democrática e coletiva, de uma sociedade ética. A meu ver, esta sociedade eticamente orientada não exclui a hipótese-Gaia, tida por alguns como pós-humanista e fascista; ao contrário, a idéia da Terra como um ser vivo carrega consigo um sentido de fraternidade e humildade franciscanas: somos todos parte do bicho-terra.

Notas Bibliográficas

INTRODUÇÃO

¹ Subsídios Técnicos para Elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a CUN-MAD – versão preliminar – CIMA – Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Brasília, 7/91.

² CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – “Nosso Futuro Comum”, Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1988.

³ Seminário “A Sociedade Brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – RIO/92”, documento final, Brasília, 12 a 14 de setembro de 1991.

⁴ *Ibidem*.

CAPÍTULO 1 – O surgimento da questão ambiental no mundo e suas diferentes correntes...

¹ Pepper, David – “The Roots of Modern Environmentalism”, Croom – Held Ltd. Surry Hills, New Hampshire, 1986.

² Worster, Donald – “Nature’s Economy – The Roots of Ecology” – Anchor Books, NY, 1979.

³ O’Riordan, T. – “Environmentalism”, Pion Limited, Londres, 1981.

⁴ Chauí, Marilena – “Conformismo e Resistência, Brasiliense, SP, 1987.

⁵ Chauí, *op. cit.*

⁶ Meadows, D. H. et alii – “Limites do Crescimento”, Ed. Perspectiva, SP, 1973.

⁷ Mansholt, S. et alii – “Ecologia, Caso de Vida ou de Morte”, Moraes Editores, Lisboa, 1979.

⁸ Gorz, A & Bosquet, M. - “Ecologie et Politique”, Ed. Du Seuil, Paris, 1977.

⁹ Weston, J. – “Red and Green, Pluto Press, New Hampshire, 1986.

¹⁰ Capra, F. & Spretnak, C. – “Green Politics the Global Promise” (trad. pirata)

¹¹ Bookchin, M. – “Social Ecology vs. Deep Ecology”, in *Socialist Review*, vol. 18, no. 3, jul/set, 1988.

¹² In Thompson, W. I. (org.) – *Gaia: uma Teoria do Conhecimento* – Ed. Gaia, SP, 1990.

¹³ Luke, T. – “Ecological Politics and The New Localism: Earth First as International Environmental Liberation Movement – XII Congresso Internacional de Sociologia, Madrid, jul/90, mimeografado.

¹⁴ Morin, E. in Mansholt et alii, op. cit., - nota 13.

¹⁵ Landim, L. (org.) – “Sem Fins Lucrativos” – as Organizações Não-Governamentais no Brasil”, ISER, RJ, 1988.

CAPÍTULO 2 – A Construção do Conceito de Desenvolvimento...

¹ Duroselle, J. B. – “Historie – Le Monde Contemporain”, F. Nathan, Paris, sem data.

² Rostow, W.W. – “Etapas do Desenvolvimento Econômico”, Zahar, RJ, 1971.

³ Dentre os difusionistas, vemjam-se Eisenstadt, S. N. – “Modernização, Protesto e Mudança”, Zahar, RJ, 1969; Millikan & Blackmer – “Nações em Desenvolvimento”, Ed. Fundo de Cultura, RJ, 1963; Hoselitz – “Main Concepts in the Analysis of the Social Implications of Technical Change”, in Hoselitz & Moore – “Industrialization and Society”, La Haya, 1963; Levy, M. – “Modernization and The Structure of Societies, Princeton, N. Jersey, 1966.

⁴ Ver Durand, J. C. Garcia – “Sociologia do Desenvolvimento”, Zahar, RJ, 1974.

⁵ Stavenhagen, R. – “Sete Teses Equivocadas sobre a América Latina”, in Durand (org.) – in Durand (op. cit.)

⁶ Dentre os dependentistas, ver ^a gunder Frank – “Capitalism and Underdevelopment in Latin America”, Monthly Review Press, NY, 1969; “The Development of Underdevelopment”, Monthly Review Press, vol. 18, no. 4, 1966; C. Bettelheim – “La Problemática Del Desarrollo”, in Planeación y Crecimiento Acelerado, Fondo de Cultura, México, 1965; Theotonio dos Santos – “Dependência y Cambio Social, in Cuadernos del CESO, Santiago, 1970; Luiz Pereira – “Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento”, Livraria Pioneira, SP, sem data; ver também para uma crítica “de dentro”, Cardoso, F. H. & Faletto, E. “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, Zahar, RJ, 1977; ainda Fernandes, F. “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina”, Zahar, RJ, 1975.

⁷ Celso Furtado – “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, Ed. Paz e Terra, RJ, 1974; “Pequena Introdução ao Desenvolvimento: um Enfoque Interdisciplinar”, Ed. Nacional, SP, 1980.

⁸ Para uma primeira aproximação à Escola de Frankfurt, ver B. Freitag – “Teoria Crítica Ontem e Hoje”, Brasiliense, SP, 1986.

⁹ Ver Gazeta Mercantil de 7/6/90.

¹⁰ CEPAL – “El Desarrollo Sustentable: Transformación Productiva, Equidad y Meio Ambiente”, ONU, Santiago de Chile, 1991.

CAPÍTULO 3 - O “desenvolvimento sustentável”, segundo a retórica dos diferentes atores sociais...

¹ Brooks, David – “Mas Allá de las Frases Llamativas: que Significa Realmente Desarrollo Sostenible?” El CIID Informa, oct/90, vol. 18, no. 4, pp. 24-25.

² Reilly, W. – “O Capitalismo Verde: os Benefícios Ambientais do Crescimento Estável”, in *Ecologia e Desenvolvimento*, ano 1, no. 5, jul/91, pp. 26-28.

³ Fortes, W. – “As Razões do Desenvolvimento Sustentável”, FSP de 11/9/91; “O Atraso É que Polui”, JB 24/1/91.

⁴ Shiva, Vandana – “Dos Novos Limites às Políticas Ambientais”, Rede de Defesa da Espécie Humana, out/91, mimeografado.

⁵ Carrasco, L. – Depoimento à CPI sobre a Internacionalização da Amazônia, Brasília, 20 de agosto de 1991; “Amazônia Tutelada”, *Jornal do Comércio*, 19/4/91; “Bastidores do Ecologismo I a X, UH, abril a junho de 1989.

⁶ Lohman, L. – “Whose common Future?” – *The Ecologist*, vol. 20, no. 3, may/june, 1990.

⁷ Carvalho, Isabel – “A Eco-democracia”, *IBASE, Políticas Governamentais*, no. 69, maio/junho 91.

CAPÍTULO 4 - Eco-Capitalismo ou Eco-Socialismo? A dimensão ética da questão ambiental

- ¹ Bell, Daniel – “The End of Ideology”, Harvard Univ. Press.
- ² Muller, J. Z. – “O Futuro do Capitalismo”, Revista Diálogo, no. 4, vol. 22, 1989.
- ³ Weber, M. – “La Ética Protestante y el Espíritu Del Capitalismo”, Ed. Península, Barcelona, 1979.
- ⁴ Kolakowski, L. – “Toward a Marxist Humanism”, Grove Press, NY, 1978.
- ⁵ Berger, P. – “The Capitalist Revolution”, Basic Books, NY, 1986.
- ⁶ Franco, A – “O Novo Socialismo Utópico”, Thomé das Letras, SP, 1991
- ⁷ Engels, F. – “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”, Ed. Vitória, RJ.
- ⁸ Guattari, F. – “As Três Ecologias”, Papirus Ed., Campinas, 1990.
- ⁹ Fukuyama, F. – “A Crise Global do Autoritarismo e a Nova Ordem Internacional”, FGV, Centro de Economia Mundial, 1991.
- ¹⁰ Antunes, A, Frommer, M. & Britto, S. “Comida”, gravação de Marisa Monte.

CAPÍTULO 5 - O desenvolvimento sustentável e a dimensão nacional

- ¹ Revista Tierra Amiga, Red de Ecología Social – AT, ano 1, no. 1, Primavera, 1991.
- ² Eric Hobsbawn – “Nações e nacionalismo”, Paz e Terra, RJ, 1991.
- ³ Emir Sader – “Nação, Nacionalismo, Nacionalidades”, artigo no Jornal do Brasil de 16/7/1991.
- ⁴ Moacir Werneck de Castro – “Um Novo Nacionalismo”, artigo no Jornal do Brasil de 7/9/1991.
- ⁵ Ver, além dos textos de Carrasco, já citados, o artigo de Gerardo Mello Mourão, “A Impostura Ecológica”, na Folha de S. Paulo de 4/8/1991; na Revista Veja, 11/9/1991, a reportagem “A Guerra dos Babacas”.
- ⁶ Ver Revista Veja de 1/5/1991.
- ⁷ Ver Folha de S. Paulo de 5/9/1991, “Empresários ‘Racham’ em Reunião da ECO-92”.
- ⁸ Alfredo Sirkis, artigo “Os Cupins da Amazônia”, no caderno de Ecologia do Jornal do Brasil de 21/10/1991.
- ⁹ Nota pública do VI Encontro Nacional do Fórum de ONGs brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Brasil/92, São Paulo, 29/9/1991.
- ¹⁰ Abaixo-assinado de Entidades do Fórum, dirigido à Coordenação Nacional, em junho de 1991.
- ¹¹ Suplemento do Jornal Aconteceu no. 575, set/91, do CEDI.

¹² Ver moção V.2, aprovada no V Encontro Nacional, sobre a proposta de criação de uma instituição internacional da Sociedade Civil Planetária, Rio 31/5 a 2/6/1991.

¹³ Hobsbawn, op. cit., p. 206.

¹⁴ Cesar Benjamin em “Reformas e Revolução”, Rev. Teoria e Debate, no. 15 jul/ago/set, 1991, pp. 44-50.

¹⁵ Ver “Constituinte e Movimentos Sociais: O Plenário Pró-Participação Popular na Assembléia Nacional Constituinte (1984-88), de Ricardo César Rocha da Costa, Cadernos do ICHF no. 37, nov/90, Universidade Federal Fluminense.

CAPÍTULO 6 – Contrapropostas ao Desenvolvimento Sustentável

¹ CEASE – Centro de Estudos e Ação Socialista Ecológica. Em Contraposição ao Desenvolvimento Sustentado Propomos a Autogestão Biocrática, SP, jul/1991.

² Ver nota 7 do capítulo 3.